

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho
O Trabalho no Século XXI
Mudanças, impactos e perspectivas

Há um significado político no trabalho autogestionário? : um estado sobre fábricas recuperadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Ana Beatriz Melo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas

GT 06 - Subcontratación y organización de trabajadores precarios

São Paulo

2013

Há um significado político no trabalho autogestionário? : um estado sobre fábricas recuperadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Resumo simples

As fábricas recuperadas difundiram-se no Brasil a partir da organização de trabalhadores que, a fim de preservar seus empregos, buscaram controlar coletivamente empresas em situação falimentar, transformando-as em unidades autogestionárias. O ressurgimento da autogestão se deu, de um lado, por questões econômicas ligadas à busca por saídas frente ao desemprego em massa, e, de outro, por razões políticas associadas à constituição de formas autônomas de trabalho. O presente trabalho tem por objetivo promover um debate sobre fábricas recuperadas no Brasil, enfatizando possíveis vinculações entre autogestão e significado político e, para tal, lançará mão de um balanço sobre os mais relevantes estudos nessa área, além da apresentação e análise de três estudos de caso situados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Palavras-chave: fábricas recuperadas, trabalho, autogestão, política.

Resumo expandido

As fábricas recuperadas ganharam visibilidade no Brasil a partir do final dos anos 1980. O ponto de partida desse processo situa-se em experiências pontuais e isoladas de recuperação de empreendimentos falidos por meio da mobilização de trabalhadores que tinham por objetivo manter seus empregos.

A partir do aprofundamento da crise econômica que vigorou no cenário nacional durante a década de 1990, observou-se um crescimento significativo do número de empresas em situação falimentar, levando milhares de pessoas ao desemprego e ao subemprego. As fábricas recuperadas surgiam, nesse contexto, como formas de reação ao endividamento e posterior fechamento dessas empresas e a conseqüente perda de postos de trabalho.

O aumento significativo do número de falências e concordatas ocorria em meio a um cenário socioeconômico instável e degradante marcado, por um lado, pelo *esgotamento do dinamismo da indústria nacional* após a abertura passiva do mercado interno às importações e, por outro, pelo *abandono do papel ativo do Estado* a partir da afirmação de políticas focadas em privatizações e terceirizações. Tais processos produziram profundos reflexos de âmbito social e econômico, dentre os quais cabe destacar o enfraquecimento dos direitos trabalhistas, o aumento do desemprego estrutural, a desregulamentação dos contratos de trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora.

Na eminência de fechamento, várias empresas, em especial nos setores industrial e de serviços, acabaram sendo desocupadas por seus proprietários e, posteriormente tomadas pelos antigos funcionários ou parte deles que assumiam o controle dos meios de produção, dando continuidade ao processo produtivo. Os empreendimentos em situação falimentar, via de regra, possuíam um passivo trabalhista vultoso, sendo comum aos trabalhadores a vivência de longos períodos com salários em atraso além do não recolhimento dos direitos sociais devidos.

Diante do não pagamento de dívidas contratuais e do afastamento ou abandono dos ex-donos, em muitos casos com base em decisões judiciais, surgia entre os trabalhadores a perspectiva de assumir o controle das fábricas em crise ou de criar

cooperativas autogestionárias a partir da massa falida arrendada (geralmente, instalações e maquinário). O movimento de recuperação implicava, portanto, na troca de dívidas trabalhistas pela propriedade coletiva dos meios de produção da empresa.

Nesse contexto, a autogestão desponta como essência da proposta cooperativista, se consolidando como um atributo marcante das fábricas recuperadas

Se a palavra *autogestão* é relativamente recente na cultura e na linguagem políticas – ganhou notoriedade a partir da metade do século XX –, o conceito por trás dessa palavra é tão antigo quanto às lutas de resistência e de emancipação do movimento operário. Do ponto de vista histórico, as experiências autogestionárias se expandiam em períodos de estagnação econômica, crise social e explosão do desemprego, seja por meio da organização autônoma dos próprios trabalhadores, seja através de frentes de trabalho constituídas pelo Estado. A partir da violenta repressão a que sempre foram submetidas, além de processos de recuperação econômica com base no aumento de postos formais de trabalho, tais iniciativas tendiam a desaparecer ou pelo menos tinham seu número significativamente reduzido, num movimento latente de recuos e retomadas que se revigora, trazendo, a cada recessão, velhas questões e novos sentidos.

Não há uma definição precisa e consensual sobre o termo autogestão. Todavia, vale chamar a atenção para três aspectos gerais que o caracterizam. São eles: a) propriedade coletiva dos meios de produção, sendo vedada a apropriação individual ou alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem aos trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento é realizada pela comunidade de trabalho que organiza o processo produtivo, opera as estratégias planejadas e dispõe sobre o destino dos rendimentos.

No Brasil, o ressurgimento da autogestão como princípio norteador de formas associativas de trabalho se deu durante os anos 1990. Esse movimento assumiu, por um lado, uma *conotação fortemente econômica* relacionada à criação de um sistema de produção capaz de combater o desemprego em massa e, por outro, *significações ideológicas e políticas* associadas a um ideal utópico de transformação e mudança social.

Vale esclarecer que a autogestão não apresenta nenhum vínculo com formas “inovadoras de gestão” adotadas pelo setor empresarial, especialmente ao longo dos últimos trinta anos, a partir dos receituários da *reestruturação produtiva* e da

flexibilização dos processos de trabalho. Essas estratégias de gestão apresentam como objetivos centrais o *enxugamento máximo dos custos* e o conseqüente *aumento da produtividade* por meio de medidas de intensificação do trabalho e de pseudo-participação dos trabalhadores voltadas para extração do conhecimento tácito e controle de conflitos.

Tais estratégias não dizem respeito, de modo algum, a formas de organização da produção controladas diretamente pelos trabalhadores. Contrariamente, se referem à formação de equipes dentro das empresas para discutir problemas pontuais que estariam atrapalhando na obtenção de metas e, fora delas, à constituição de cooperativas terceirizadas, ditas *falsas e/ou de fachada*, em que trabalhadores demitidos são subcontratados como prestadores de serviços. O que se observa em ambos os casos é a prevalência de elementos *de exploração e de precarização da mão de obra*.

Em contraposição a essa lógica, a autogestão representa uma “possibilidade de experiência para os trabalhadores de uma nova *práxis*, antagônica à dinâmica capitalista das relações entre capital e trabalho no interior da fábrica, assim como no que diz respeito à relação do trabalhador com o seu trabalho. “ (Marques, 2006: 47). Nesse sentido, a partir da autogestão, a renda gerada pela atividade laboral, bem como o conhecimento e a competência gerencial seriam em tese distribuídos de maneira igualitária entre todos que a realizam, ao invés de se concentrarem nas mãos de determinados e restritos grupos.

Nesse ponto, vale questionar qual seria a percepção dos trabalhadores que vivem o cotidiano das fábricas recuperadas sobre a relação entre prática autogestionária e significado político. O projeto autogestionário seria vital para esses trabalhadores ou estaria presente tão-somente no imaginário dos militantes? A proposta autogestionária apresentaria um sentido político para eles associado à luta por formas autônomas de trabalho ou estaria articulada apenas à busca emergencial de uma saída provisória frente à ameaça do desemprego? Em que medida esses trabalhadores estariam de fato envolvidos e interessados em promover a autogestão?

Com base nesses questionamentos, o presente trabalho propõe um debate sobre fábricas recuperadas no Brasil, enfatizando possíveis vinculações entre autogestão e política. Para tal, lançará mão de um balanço das publicações mais relevantes sobre tais

iniciativas no contexto nacional, assim como da apresentação e análise dos resultados obtidos a partir de três estudos de caso realizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte¹.

Quanto à sua estruturação, o trabalho proposto será dividido em três sessões: 1) caracterização das fábricas recuperadas no Brasil, com ênfase na sua história, organização interna, atores sociais envolvidos, inserção no mercado e articulações com entidades de apoio e poder público; 2) exposição dos resultados alcançados a partir de pesquisa empírica desenvolvida em três fábricas recuperadas do segmento de retificação de motores a diesel – Retífica São Bento, Retífica Exata e Retífica Minas Brasil – localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte; 3) discussão e análise a partir dos resultados obtidos e de questões teóricas, enfocando possíveis vinculações entre práticas autogestionárias e significado político.

Bibliografia principal

Anteag. (2000), *Autogestão: constituindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG.

Azevedo, Alessandra Bandeira Antunes de. (2007), *Autogestão e competitividade: estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas*. Campinas: Instituto de Geociências - UNICAMP. Tese de Doutorado.

Faria, Maurício Sarda de. (2005), *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC. Tese de Doutorado.

Gaiger, Luiz Inácio. (2004), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

¹ A revisão da literatura e os estudos de caso mencionados fazem parte da tese “Trabalho, autogestão e significado político: um estudo sobre fábricas recuperadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte” em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Hillerstein, M. (2002), *Autogestão: a experiência das organizações autogestionárias do setor cristaleiro de Blumenau e Indaial*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC. Dissertação de Mestrado.

Lima, Jacob Carlos. (2009). Paradoxos do trabalho associado. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 21, pp. 113-132.

Marques, Paulo Lisandro Amaral. (2006), *Trabalho emancipado em empresas recuperadas pelos trabalhadores: a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS. Dissertação de Mestrado.

Melo, Ana Beatriz. (2012), *Cooperativismo e trabalho autogestionário: entre o real e o possível*. Curitiba: Appris.

Novaes, Henrique Tahan. (2010), *A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas*. Campinas: Instituto de Geociências - UNICAMP. Tese de Doutorado.

ODA, Nilson Tadashi. (2001). *Gestão e Trabalho em Cooperativas de produção: dilemas e alternativas à articulação*. São Paulo: Escola Politécnica - USP. Dissertação de Mestrado.

Parra, Henrique Zoqui Martins. (2002), *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. Dissertação de Mestrado.

Rufino, Sandra. (2005), *Refazer, remodelar, recriar: a autogestão no processo produtivo*. São Paulo: Escola Politécnica - USP. Tese de Doutorado.

Santos, Boaventura de Sousa. (2005), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

